

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS-DLCH
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)**

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ACESSIBILIDADE PARA
PESSOAS SURDAS COM BAIXA VISÃO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR
DO CAMPUS CARAÚBAS-RN DA UFERSA.**

**CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF ACCESSIBILITY FOR DEAF
PEOPLE WITH LOW VISION: CONTRIBUTIONS FROM THE UFERSA
CARAÚBAS-RN CAMPUS.**

Thays Grazielle Bezerra Freitas¹
Francisco de Acaci Viana Neto²

RESUMO:

A acessibilidade no meio universitário foi fundamental para garantir a igualdade de oportunidades a todos, independentemente de suas limitações. Este estudo surgiu a partir de reflexões nas disciplinas de Libras e da convivência com discentes e docentes surdos com baixa visão na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Caraúbas - RN, o que despertou a necessidade de investigar como a acessibilidade estava sendo promovida para esse público. A surdez, compreendida em suas dimensões físicas, sociais e culturais, associada à baixa visão, que impacta diretamente a capacidade visual, exigiu adaptações específicas no ambiente acadêmico, como intérpretes de Libras, legendas, sinalização adequada e tecnologias assistivas, para garantir a participação plena desses sujeitos. Apesar dos avanços legais e institucionais no Brasil, ainda persistem desafios significativos no acesso à educação superior para pessoas com deficiência, especialmente aquelas com múltiplas deficiências. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as condições de acessibilidade para discentes e docentes surdos com baixa visão na UFERSA Caraúbas -RN,identificando as principais barreiras enfrentadas, as ações de acessibilidade implementadas e a eficácia dessas medidas nos espaços físicos e comunicacionais da universidade. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, fundamentada na análise dos relatos dos participantes da pesquisa, com embasamento teórico em autores como Freire (2008), Strobel (2009), Garbe (2012), Lima (2015), Silva (2016) e Mendes (2017), além do suporte nas políticas públicas de educação inclusiva, como a Lei nº 10.098/2000 e a Lei nº 13.146/2015. Este estudo contribuiu para o aprimoramento das práticas de inclusão no ensino

¹ Graduanda em Licenciatura em Letras Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: thays.freitas@alunos.ufersa.edu.br

² Docente mestre do curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: acaci@ufersa.edu.br

superior, promovendo a reflexão sobre a construção de um ambiente acadêmico mais acessível, justo e democrático.

Palavras-chave: Acessibilidade, surdez, baixa visão, inclusão, ensino superior.

ABSTRACT:

Accessibility in the university environment was fundamental to ensuring equal opportunities for all, regardless of their limitations. This study emerged from reflections in the Libras (Brazilian Sign Language) courses and from interaction with deaf students and professors with low vision at the Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Caraúbas. This experience highlighted the need to investigate how accessibility was being promoted for this group. Deafness, understood in its physical, social, and cultural dimensions, combined with low vision, which directly affects visual capacity, required specific adaptations in the academic environment, such as Libras interpreters, subtitles, adequate signage, and assistive technologies to ensure the full participation of these individuals. Despite legal and institutional advances in Brazil, there were still significant challenges regarding access to higher education for people with disabilities, especially those with multiple disabilities. Therefore, the objective of this research was to analyze the accessibility conditions for deaf students and professors with low vision at UFERSA, Campus Caraúbas, identifying the main barriers they faced, the accessibility measures that had been implemented, and the effectiveness of these actions in the university's physical and communicational spaces. The methodology adopted was qualitative and descriptive, based on the analysis of the participants' reports, supported by authors such as Freire (2008), Strobel (2009), Garbe (2012), Lima (2015), Silva (2016), and Mendes (2017), as well as public policies on inclusive education, such as Law No. 10.098/2000 and Law No. 13.146/2015. This study contributed to improving inclusive practices in higher education, promoting reflections on building a more accessible, fair, and democratic academic environment.

Key-words: Accessibility, deafness, low vision, inclusion, higher education.

RESUMO EM LIBRAS:



1.INTRODUÇÃO

A acessibilidade no meio universitário é essencial para garantir que todos, independentemente de suas limitações, tenham igualdade de oportunidades no ambiente

acadêmico. O interesse por esta pesquisa surgiu durante as disciplinas de Libras, por meio de discussões voltadas à acessibilidade de pessoas surdas com baixa visão. Além disso, a convivência com discentes e docentes surdos com baixa visão, ao longo da minha trajetória acadêmica na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), despertou uma reflexão mais profunda sobre a realidade da inclusão desse público. Essa experiência motivou a investigação acerca de como a acessibilidade tem sido promovida para indivíduos surdos com baixa visão no ambiente universitário do Campus Caraúbas da UFERSA.

Lane (1999) explica que a surdez pode ser compreendida de diferentes maneiras, considerando suas dimensões físicas, sociais e culturais. Em termos médicos, caracteriza-se pela perda total ou parcial da audição, que pode ocorrer em variados graus e em diferentes fases da vida (congenita ou adquirida). No entanto, compreender a surdez vai além da deficiência auditiva, pois envolve aspectos sociais e culturais fundamentais para a construção da identidade da pessoa surda.

Por sua vez, indivíduos com baixa visão — ou visão subnormal — apresentam redução significativa da capacidade visual, mesmo após a correção de erros refrativos comuns (Laplane; Batista, 2008, p. 210). A baixa visão pode ser decorrente de traumatismos ou distúrbios oculares, afetando a visão de perto e de longe, com campo visual reduzido e dificuldade de percepção de contraste (Carvalho et al., 1992; Veitzman, 2000). Essas limitações impactam diretamente a vida acadêmica, tornando fundamental a oferta de recursos e adaptações adequadas, como intérpretes de Libras, legendas, iluminação adequada e tecnologias assistivas, para garantir a plena participação desses indivíduos no ambiente universitário.

As possibilidades de inclusão são amplas. Com os recursos apropriados, essas pessoas podem participar ativamente das aulas, interagir com colegas e professores e conquistar seu espaço no meio acadêmico. A acessibilidade, portanto, não apenas melhora a qualidade de vida dessas pessoas, como também contribui para a construção de uma universidade mais justa e inclusiva para todos.

Contudo, a educação brasileira ainda enfrenta falhas significativas nesse contexto. O índice de escolarização de pessoas com deficiência, especialmente daquelas com múltiplas deficiências, permanece baixo e insatisfatório, devido a diversos fatores e condicionantes, conforme aponta o IBGE (2020). Assim, porque apesar da legislação a acessibilidade para este público ainda não acontece de maneira plena? O que provoca a reflexão sobre a discussão sobre educação e acessibilidade para surdos com baixa visão no espaço acadêmico, é relevante e precisa ser ampliada, não apenas dentro das universidades, mas também em discussões públicas que envolvam toda a sociedade.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar as possibilidades de acesso e os impactos da acessibilidade para pessoas surdas com baixa visão no Campus Caraúbas da UFERSA. Os objetivos específicos são: (1) Identificar os principais desafios enfrentados por discentes e docentes surdos com baixa visão na instituição; (2) Analisar as ações e medidas de acessibilidade implementadas na UFERSA – Campus Caraúbas/RN; (3) Verificar a eficácia da acessibilidade nos espaços físicos e linguísticos da universidade para pessoas surdas com baixa visão.

Para fundamentar a pesquisa, foram utilizados autores relevantes na área da inclusão e acessibilidade, como Freire (2008), Strobel (2009), Garbe (2012), Lima (2015), Silva (2016) e Mendes (2017). Além disso, como aporte teórico para as políticas públicas de educação inclusiva, destacam-se a Lei nº 10.098/2000, que estabelece critérios para a promoção da acessibilidade, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015.

A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, conforme destaca Godoy (1995, p. 21), que aponta a flexibilidade da pesquisa qualitativa para explorar novos enfoques e

abordagens. A análise dos dados é descritiva, com foco na identificação dos principais desafios e nas soluções já implementadas para a acessibilidade.

O *locus* da pesquisa é o Campus Caraúbas da Ufersa-RN, situado no interior do Rio Grande do Norte, que oferece oito cursos de graduação, incluindo a Licenciatura em Letras Libras. Os participantes da pesquisa são discentes e docentes surdos com baixa visão da Ufersa. Seus relatos são fundamentais para analisar as condições de acessibilidade física e linguística nos espaços da universidade, bem como para identificar as principais dificuldades e os avanços alcançados nesse processo.

Este estudo visa, assim, analisar as possibilidades de acesso e os impactos das medidas de acessibilidade implementadas na universidade, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das barreiras enfrentadas por esse público e sugerindo caminhos para aprimorar a inclusão acadêmica e o ambiente universitário.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa está estruturado em três eixos principais, que fundamentam a discussão sobre a acessibilidade e a inclusão de pessoas surdas com baixa visão no ensino superior. São eles: (1) Educação de Surdos no Brasil: Contexto Histórico e Políticas Públicas; (2) Acessibilidade e Inclusão: Conceitos e Desafios; e (3) A Importância do Acesso à Educação para Pessoas Surdas com Baixa Visão: Desafios e Possibilidades na Universidade. Esses temas foram selecionados com o objetivo de contextualizar a situação educacional das pessoas surdas com baixa visão e identificar as melhores medidas e ações que podem ser implementadas para garantir a inclusão desse público no ambiente universitário.

2.1 Educação de Surdos no Brasil: contexto histórico e políticas públicas

A trajetória da educação de surdos no Brasil é marcada por avanços significativos, mas também por inúmeros desafios. Refletir sobre as mudanças nas concepções a respeito da surdez e da inclusão social ao longo do tempo é fundamental para compreender esse percurso. A história da educação de pessoas surdas no país pode ser dividida em diferentes períodos, cada um caracterizado por abordagens educacionais distintas e políticas públicas que influenciaram diretamente o acesso e a qualidade da educação ofertada a essa população.

O período colonial e imperial ocorreu até o século XIX, durante este período após a colonização do Brasil, pouco se compreendia/sabia sobre a surdez e as chances de educação para os indivíduos surdos eram inexistentes. Segundo Garbe (2012, p. 96) antigamente, “[...] a deficiência era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segregados, marginalizados e discriminados”. Dessa forma, neste período não existiam políticas públicas específicas para os surdos, e as pessoas surdas que existiam em sociedade eram excluídas.

Durante o século XIX a primeira escola para surdos no Brasil foi fundada, sendo assim nomeada *Instituição Imperial para Surdos-Mudos*, localizada no Rio de Janeiro, por Dom Pedro II. Lima (2007), demarcou que nesse período, o instituto e a educação foram fortemente influenciados por métodos europeus, especialmente os de Samuel Heinicke e Charles-Michel de l'Épée.

Em 1880, ocorreu o Congresso de Milão, na Itália, evento que ficou marcado por uma decisão que proibiu o uso da Língua de Sinais nas escolas de toda a Europa, ocasionando um grande retrocesso no desenvolvimento educacional e social da comunidade surda. Esse congresso deixou profundas marcas na história da educação de surdos, conforme apontado por Strobel (2009, p. 33):

havia 164 delegados no evento, sendo uma boa maioria de franceses e italianos a favor do oralismo, votou pela proibição da língua de sinais nas escolas da época. Apenas os Estados Unidos de Inglaterra era a favor do uso da língua de sinais. Os próprios educadores surdos foram proibidos de votar. Com a influência de Grahm Bell pelas criações de aparelhos auditivos, admirados e cridos como uma solução para a “cura” da surdez, o Congresso finalizou com a aprovação do método oral, único e exclusivo para a educação de surdos.

Infelizmente, os surdos da época foram proibidos de sinalizar e, conseqüentemente, forçados a abandonar aspectos fundamentais de sua cultura e identidade. Essa coibição permaneceu por mais de cem anos, dificultando o reconhecimento e a valorização da Língua de Sinais e da cultura surda no contexto educacional.

No início do século XX, a educação de surdos foi fortemente influenciada por correntes oralistas, que viam a oralização e a leitura labial como a maneira mais adequada para a integração dos surdos à sociedade. Durante grande parte do século XX, essa abordagem predominou no Brasil e em muitos outros países, marginalizando assim o uso da Língua de Sinais.

Por volta de 1960 e 1970, os movimentos surdos começaram a questionar o modelo oralista e a defender a Língua de Sinais como uma língua legítima para a educação de surdos. A partir de então, surgiram discussões sobre a importância de reconhecer a identidade cultural dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) passou a ser mais valorizada.

Em 1981 aconteceu um significativo avanço na luta por inclusão de surdos, a Fundação Nacional de Educação de Surdos (FNES) foi criada, tendo como objetivo promover a educação e a pesquisa sobre a surdez. Durante esse período, as leis no Brasil começaram a se adaptar à ideia de inclusão e a educação de surdos passou a ser discutida nos meios sociais sob uma perspectiva de igualdade de direitos. A Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 foi um marco, pois reconheceu o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, dessa forma, a educação de surdos passou a ser compreendida como um direito, determinando a necessidade de um atendimento especializado e a utilização de Libras.

O século XXI trouxe consigo conquistas significativas para as pessoas surdas brasileiras. Em 24 de abril de 2002, a Libras foi oficialmente reconhecida como língua oficial do país pela Lei Nº 10.436 (Brasil, 2002). Seguidamente, em 5 de agosto de 2005, a Lei Nº 11.154 (Brasil, 2005), estabeleceu a obrigatoriedade da presença de intérpretes de Libras nas escolas públicas e privadas, garantindo a tradução e interpretação para os alunos surdos, o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005) que explica que a Libras deve estar inserida na grade curricular de ensino nos cursos de licenciatura. A partir da promulgação destas leis, foram surgindo outras propostas e aprovações como por exemplo: a Lei de Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 (Brasil, 2010) que reconhece a profissão do intérprete de Libras.

A educação bilíngue é uma das abordagens mais defendidas pela comunidade surda, por se tratar de uma modalidade que contempla as especificidades linguísticas e culturais dessa população, promovendo uma aprendizagem mais eficaz. Strobel (2008) explica a proposta da educação bilíngue como:

A modalidade Bilíngue é uma proposta de ensino usada nas escolas que se sugerem acessar aos sujeitos surdos duas línguas no contexto escolar. As pesquisas têm mostrado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como primeira língua e a partir daí se passa para o ensino da segunda língua que é o português que pode ser na modalidade escrita ou oral. (2008, n. p)

Essa modalidade respeita a identidade cultural e linguística das pessoas surdas, além de possibilitar sua inclusão plena na sociedade. Por essas razões, a educação bilíngue é considerada a proposta mais adequada para o ensino e a aprendizagem de estudantes surdos.

Apesar das muitas dificuldades ainda enfrentadas, a comunidade surda tem conquistado importantes direitos ao longo dos anos. A educação de surdos no Brasil continua em constante evolução, promovendo debates e ações que extrapolam os muros das escolas e alcançam a sociedade como um todo.

2.2 Acessibilidade Linguística e Inclusão: conceitos e desafios

A acessibilidade é de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um princípio que busca garantir a todas as pessoas o acesso pleno e seguro aos diversos espaços e serviços, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) conceitua acessibilidade como:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Brasil, 2015)

A acessibilidade, portanto, abrange um conjunto de medidas e recursos que assegurem às pessoas com deficiência condições de participação plena e segura nos diversos contextos sociais, culturais e educacionais, promovendo a igualdade de oportunidades.

Segundo Freire (2008, p. 5), “A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político, que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros”. Dessa forma, pensar em inclusão implica assegurar que os diferentes espaços, sejam eles acadêmicos ou não, contem com recursos de acessibilidade, sejam eles de natureza linguística, arquitetônica, comunicacional ou tecnológica.

Nesse sentido, percebe-se que o conceito de acessibilidade vai além de simples adaptações físicas ou comunicacionais, pois seu objetivo é garantir o acesso e a participação ativa de todos na sociedade, respeitando as necessidades individuais e promovendo uma comunidade que valorize e respeite a diversidade.

Para entender a surdez, abaixo apresento como ela pode ser caracterizada, segundo Silva (2016):

A surdez é caracterizada como a redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons e pode ser classificada em dois tipos: perda auditiva condutiva, que se dá geralmente por obstruções da orelha externa como, tampões de cera, infecções no canal do ouvido, tímpano com rotura ou perfurado; e perda auditiva neurossensorial, que compreende danos nas células ciliadas da cóclea. Sobre as causas, esta pode ser congênita, causada por rubéola gestacional, medicamento tomados pela gestante, hereditariedade e complicações no parto como a anóxia (fornecimento insuficiente de oxigênio), ou pode ser adquirida por consequência de otites de repetição na infância, mau uso de antibióticos e até viroses. (Silva, p. 1)

A partir dessa realidade, o povo surdo enfrenta diversas dificuldades em seu cotidiano. Uma das principais barreiras é a comunicacional, uma vez que, na maioria dos espaços sociais, não há a presença de intérpretes de Libras em serviços essenciais, como hospitais, lojas e escolas, dificultando o acesso à informação e à comunicação. Nos ambientes digitais, como redes sociais, vídeos e sites, a ausência de recursos como legendas ou janelas de interpretação em Libras limita ainda mais o acesso à informação e ao entretenimento para as pessoas surdas. As pessoas surdocegas e surdas com baixa visão enfrentam desafios ainda maiores em relação à acessibilidade, pois acumulam limitações auditivas e visuais. A surdocegueira pode ser compreendida da seguinte maneira:

É uma condição em que as deficiências visual e auditiva estão juntas. Nem sempre é a falta total de visão e audição: pessoas surdocegas podem ter audição residual e cegueira, ter surdez profunda e baixa visão, ter audição e visão residuais ou ser totalmente surdas e cegas. As que nascem ou se tornam surdocegas nos primeiros anos de vida são surdocegas congênitas. Já pessoas surdas que se tornam cegas, pessoas cegas que se tornam surdas e pessoas que se tornam surdocegas ao longo da vida têm surdocegueira adquirida. (Instituto Federal da Paraíba, 2025)

A comunicação é um dos maiores obstáculos enfrentados por esse público, devido à escassez de recursos que promovam acessibilidade, como intérpretes especializados em Língua de Sinais Tátil (a comunicação acontece pela utilização das mãos, para entender por meio do sentido tato com a outra pessoa) ou guia-intérpretes (é o profissional que é fluente e domina diversas formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira, podendo fazer interpretação ou transliteração). Além disso, a falta de tecnologias assistivas compromete o acesso à informação e dificulta a interação dessas pessoas com o ambiente ao seu redor.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI - ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.” (Brasil, 2000)

Percebe-se que o objetivo principal dessa lei é assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a ambientes, meios de comunicação, transportes, informações, produtos e serviços em igualdade de condições com as demais pessoas. Trata-se de uma legislação de extrema relevância, pois busca garantir a acessibilidade física e comunicacional aos indivíduos com mobilidade reduzida e deficiência. No entanto, a ausência de sinalização adequada em espaços públicos ainda é uma realidade no contexto atual.

A inexistência de ambientes acessíveis representa uma barreira significativa na construção de uma sociedade mais inclusiva. Frequentemente, em espaços físicos essenciais, como hospitais e transportes públicos, observa-se a falta de recursos de sinalização tátil ou visual que auxiliem na orientação de pessoas com deficiência, em especial aquelas surdocegas ou com baixa visão. A ausência dessas adaptações torna a mobilidade e a participação plena desses indivíduos na sociedade mais complexas, evidenciando a necessidade de investimentos em soluções inclusivas. Entre essas soluções, destacam-se os recursos de comunicação tátil, as tecnologias assistivas e a adequação dos ambientes, visando atender às necessidades específicas desse público.

2.3 A importância do Acesso à Educação para Pessoas Surdas com Baixa Visão: Desafios e Possibilidades na Universidade

A inclusão de surdos com baixa visão no ambiente universitário é um tema de grande relevância, pois diz respeito à garantia do direito fundamental à educação e à promoção de um espaço acadêmico mais inclusivo, acessível e diversificado. Mendes (2017, p. 45) destaca que “a presença de pessoas com deficiência no ambiente universitário não deve ser vista apenas como um direito a ser assegurado, mas como uma oportunidade de enriquecer a diversidade acadêmica e contribuir para uma formação mais inclusiva e transformadora”. Nesse sentido, a educação no ensino superior deve ser um espaço que ofereça oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas limitações sensoriais, cognitivas ou físicas.

Ao abordar a realidade de surdos com baixa visão, é necessário um olhar atento para as adaptações que garantam a participação plena desses estudantes. Esses indivíduos fazem parte do grupo de pessoas com deficiência, uma vez que possuem limitações visuais que, em muitos casos, demandam o uso de bengalas ou cães-guia para a locomoção.

Lima (2015, p. 72) complementa essa visão ao afirmar que “a presença de pessoas surdas e com baixa visão nos espaços acadêmicos contribui para a construção de uma universidade mais diversa, que valoriza a troca de experiências e a convivência com as diferenças, promovendo o respeito à pluralidade e a criação de um ambiente mais inclusivo”. Assim, percebe-se que a inclusão desses estudantes não se restringe ao cumprimento de direitos legais, mas também representa uma oportunidade de enriquecer o ambiente acadêmico, promovendo transformações positivas e ampliando o diálogo sobre diversidade.

No entanto, a efetivação da acessibilidade para pessoas surdas com baixa visão exige atenção redobrada. A acessibilidade em calçadas, iluminação adequada e sinalização são aspectos fundamentais em ambientes sociais e universitários. Esses desafios se tornam ainda mais complexos quando consideramos os espaços escolares e acadêmicos, onde a adaptação dos métodos de ensino é indispensável.

Para estudantes surdos com baixa visão, a acessibilidade envolve a superação de barreiras tanto na comunicação visual quanto auditiva. Dessa forma, é fundamental que as universidades invistam na criação de ambientes inclusivos, por meio de treinamentos para docentes, capacitação de intérpretes especializados e aquisição de tecnologias assistivas. Essas ações são essenciais para proporcionar uma experiência educacional que minimize as barreiras acadêmicas e sociais enfrentadas por esse público.

3.METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, conforme destacado por Godoy (1995, p. 21), que afirma que a pesquisa qualitativa não se apresenta como um processo rigidamente estruturado, permitindo flexibilidade para explorar novos enfoques e abordagens. Essa liberdade metodológica foi essencial para investigar as múltiplas dimensões da acessibilidade para pessoas surdas com baixa visão na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), campus Caraúbas-RN.

A pesquisa foi conduzida com a participação de dois alunos e um docente, todos surdos com baixa visão, pertencentes ao curso de Letras Libras da UFERSA, por se configurarem como o público-alvo central da investigação. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas online, conduzidas de modo a permitir que os participantes expressassem livremente suas vivências e opiniões acerca da acessibilidade na instituição.

O formulário utilizado na pesquisa continha, ao todo, sete perguntas. Todo o conteúdo foi disponibilizado em formato bilíngue (Português/Libras), e incluiu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em Libras, assegurando que os participantes compreendessem plenamente os objetivos e procedimentos do estudo.

O processo de coleta e análise dos dados seguiu os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes, bem como o uso responsável das informações obtidas. A seguir, apresenta-se um print do formulário, salvo em formato PDF, documento pertencente ao arquivo pessoal da autora, criado exclusivamente para fins acadêmicos.

4.ANÁLISES E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos nesta pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, com foco na identificação dos principais desafios enfrentados, bem como das soluções já implementadas no que se refere à acessibilidade de pessoas surdas com baixa visão nos espaços físicos e linguísticos da universidade. A interpretação dos resultados orientou-se pela busca de padrões e pela reflexão crítica acerca da eficácia das medidas de acessibilidade atualmente existentes, além da identificação de lacunas e necessidades para a promoção de um ambiente acadêmico mais inclusivo.

Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios: **Ariel**, **Chris** e **Taylor**. Tais nomes foram escolhidos por não apresentarem marcação de gênero, garantindo maior neutralidade na exposição dos relatos.

Abaixo apresento a/o tabela/quadro com as perguntas do formulário e as respectivas respostas dos colaboradores.

Quadro 1 – Perguntas e respostas do Google Forms (perguntas de 1 e 2).

Perguntas	Respostas 1	Respostas 2	Respostas 3
-----------	-------------	-------------	-------------

1.Qual o seu nome?	Ariel	Chris	Taylor
2.Qual a sua relação com a UFRSA Caraúbas? a) Aluno b) Professor	a) Aluno	b) Professor	a) Aluno

Inicialmente os participantes que aceitaram participar desta pesquisa se apresentaram, as duas perguntas iniciais são focadas no perfil de cada colaborador. Para descrever os colaboradores foram utilizados os seguintes nomes fictícios, Ariel, Chris e Taylor esses nomes foram escolhidos por que os nomes não demarcam gênero. Em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Libras todos os participantes aceitaram colaborar com este trabalho.

Quadro 2 – Pergunta e resposta do Google Forms (pergunta 3)

3.Em que idade você percebeu ou descobriu que tinha baixa visão? Como isso impactou sua vida acadêmica e social?	12, ver difícil noite	Eu percebi que estava com baixa visão por volta dos 30 anos. Até então, nunca tinha tido problemas com a visão, embora já tivesse dificuldades com o equilíbrio ao caminhar desde o nascimento. Com o tempo, comecei a perceber a visão embaçada, o que me preocupou. Acredito que isso tenha relação com o diabetes, que é comum na minha família. Apesar de ser uma condição leve, comecei a ter dificuldades em situações cotidianas, como andar em escadas sem acessibilidade ou em lugares sem contraste de cor no chão. Um episódio que me marcou foi quando meus colegas me chamaram levantando a mão e eu não consegui vê-los de lado. Para melhorar, comecei a adotar uma rotina de exercícios físicos e uma alimentação saudável, o que trouxe almelhora na minha visão.	19 idade, difícil andar sempre cambalear. Eu jogar bola goleiro difícil difícil pegar bola esporte parar jogar pouco, ver bola pouco.
---	-----------------------	--	---

Essas respostas revelam as diferentes experiências de pessoas surdas com baixa visão e os impactos dessa condição nas suas vidas. Na **pergunta 3**, *Ariel* relata ter percebido a baixa visão aos 12 anos, uma fase crítica de desenvolvimento, embora não apresente maiores detalhes sobre a repercussão dessa descoberta em sua vida acadêmica e social. Já *Chris*, com diagnóstico aos 30 anos, narra de forma mais aprofundada as limitações enfrentadas no dia a dia, principalmente em ambientes carentes de recursos de acessibilidade, como escadas sem sinalização tátil e locais com iluminação insuficiente. Ele associa o surgimento da deficiência à condição de saúde preexistente (diabetes), o que aponta para um caso de deficiência

adquirida na vida adulta. *Taylor* também compartilha uma trajetória marcada por dificuldades visuais desde a adolescência, com impacto significativo nas atividades de lazer, como esportes coletivos, refletindo diretamente em sua socialização.

Esses relatos evidenciam como o **momento de surgimento da deficiência** influencia a forma de enfrentamento dos desafios, bem como a necessidade de adaptações específicas para promover a inclusão acadêmica e social.

Quadro 3 – Perguntas e respostas do Google Forms (pergunta 4 e 5)

4. Na sua opinião, quais as maiores dificuldades que surdos com baixa visão enfrentam na UFERSA, principalmente sobre acessibilidade? (Marque uma ou mais alternativas) a) Dificuldade de acesso a material didático adaptado (ex.: textos, vídeos, livros adaptados, etc.). b) Dificuldade de comunicação com professores e colegas devido à falta de intérprete de Libras ou recursos adequados. c) Dificuldade de locomoção dentro do campus devido à falta de rampas, sinalização tátil ou outros recursos de acessibilidade. d) Falta de tecnologia assistiva (como leitores de tela, ampliadores de texto ou softwares especializados). e) Dificuldade em encontrar espaços adequados para estudo ou interação com outros alunos, devido à falta de iluminação ou ambientes acessíveis. f) E outros. (Especifique):	c) Dificuldade de locomoção dentro do campus devido à falta de rampas, sinalização tátil ou outros recursos de acessibilidade.	e) Dificuldade em encontrar espaços adequados para estudo ou interação com outros alunos, devido à falta de iluminação ou ambientes acessíveis.	a) Dificuldade de acesso a material didático adaptado (ex.: textos, vídeos, livros adaptados, etc.). f) Outros: Falta luz caminho Ufersa muito escuro calçadas ruim vergonha tropeço sempre
5. Que tipo de recursos de acessibilidade você acha que ainda faltam no campus da UFERSA Caraúbas para atender de forma adequada os alunos surdos com baixa visão? (Marque uma ou mais alternativas)	e) Rampas e corredores adaptados para facilitar o deslocamento de pessoas com baixa visão (ex.: sinalização de borda de escadas, pisos táteis para	e) Rampas e corredores adaptados para facilitar o deslocamento de pessoas com baixa visão (ex.: sinalização de borda de escadas, pisos táteis para	e) Rampas e corredores adaptados para facilitar o deslocamento de pessoas com baixa visão (ex.: sinalização de borda de escadas, pisos táteis para

a) Interpretação de Libras nas salas de aula e eventos. b) Tecnologia assistiva (como leitores de tela, ampliadores de texto, softwares especializados). c) Material didático em formatos acessíveis (vídeos com legendas coloridas com traços perfeitos, textos adaptados para leitores de tela). d) Sinalização luminosa (indicadores visuais e luzes que ajudem na orientação de locais e áreas de acesso). e) Rampas e corredores adaptados para facilitar o deslocamento de pessoas com baixa visão (ex.: sinalização de borda de escadas, pisos táteis para orientação). f) Ambientes acadêmicos mais adaptados (salas com melhor iluminação, mais acessibilidade nas bancadas de trabalho).	orientação).	orientação).	orientação).
---	--------------	--------------	--------------

Em relação à **pergunta 4**, as dificuldades elencadas pelos participantes mostram que ainda existem **barreiras significativas** no ambiente universitário. Embora cada um aponte limitações distintas — desde a dificuldade de locomoção até a ausência de espaços de estudo adequados —, observa-se um padrão comum de **insuficiência de políticas institucionais que contemplem simultaneamente as necessidades das pessoas com surdez e baixa visão**. Isso confirma a análise de Sassaki (2010), segundo a qual a **acessibilidade integral** deve considerar não apenas os aspectos arquitetônicos, mas também os comunicacionais e atitudinais.

Na **pergunta 5**, os participantes convergem na necessidade de **rampas e corredores adaptados**, sinalização adequada e recursos que facilitem a orientação espacial. Esse ponto é fundamental, pois, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), é dever das instituições de ensino garantir condições de acessibilidade física que possibilitem o deslocamento com segurança e autonomia. A ausência de tais recursos infringe o direito à **locomoção independente**, fator essencial para a participação plena no ambiente universitário.

Quadro 4 – Perguntas e respostas do Google Forms (pergunta 6 e 7)

6. Você acha que a acessibilidade no campus (como os espaços físicos e a forma de comunicação)	c) Acessibilidade física atrapalha meu aprendizado.	e) Acessibilidade física e comunicação não afetam meu aprendizado.	c) Acessibilidade física atrapalha meu aprendizado.
---	---	--	---

ajuda ou atrapalha seu aprendizado? Escolha a opção que melhor descreve sua experiência. (Marque uma ou mais alternativas) a) Acessibilidade física (salas, rampas, banheiros) ajuda no meu aprendizado. b) A comunicação (uso de Libras, intérprete, recursos tecnológicos) ajuda no meu aprendizado. c) Acessibilidade física atrapalha meu aprendizado. d) A comunicação atrapalha meu aprendizado. e) Acessibilidade física e comunicação não afetam meu aprendizado. f) Outros (por favor, explique):			
7.O que pode ser feito para melhorar a acessibilidade física e de comunicação para surdos com baixa visão na UFERSA?	Bloco prof 2 e bloco 3 árvore grande calçada não ter luz verde ruim acesso. Confunde muito escuro visão entrada bloco escuro porta vidro difícil ver porta aberta ou fechada bater sinalização ter não. Calçadas cima baixo	Para melhorar a acessibilidade física e de comunicação para surdos com baixa visão na UFERSA, algumas ações poderiam ser adotadas. Em termos de acessibilidade física, seria importante investir em sinalização tátil e também em sinalização visual luminosa, como pisos táteis para facilitar o deslocamento e placas iluminadas com contraste para tornar a navegação mais fácil. Além disso, rampas bem posicionadas e em boas condições, com inclinação adequada, são essenciais para garantir a mobilidade de pessoas com baixa visão e outras deficiências. As escadas e passagens poderiam	Academia frente quadra Ufersa Caraúbas escuro, precisa luzes porque baixa visão ver não. Outro bloco professor 2 e aulas 3 caminho luz verde ruim vergonha nada caminho pedra solta perigo Outro ônibus Ufersa sempre luz pouca ter película janela surdo baixa visão ver nada noite difícil ver parada

	tropeçar precisa muita luz	contar com indicações visíveis e contrastantes, além de barras de apoio em locais estratégicos. No que diz respeito à comunicação, a implementação de intérpretes de Libras em eventos, palestras e aulas seria fundamental, garantindo que os surdos tenham acesso à informação de forma plena. Para surdos com baixa visão, também seria útil a utilização de recursos tecnológicos, como legendas em tempo real e aplicativos de leitura de tela, além de materiais didáticos com fontes ampliadas ou adaptados para esse público. Essas iniciativas poderiam melhorar bastante a inclusão e a participação de surdos com baixa visão, garantindo um ambiente acadêmico mais acessível e igualitário.	
--	----------------------------	--	--

Na **pergunta 6**, *Ariel* e *Taylor* relatam que a falta de acessibilidade física impacta negativamente seu aprendizado, enquanto *Chris* afirma que essas questões não interferem em sua experiência. Essa diferença pode ser interpretada à luz da **diversidade de necessidades e estratégias de adaptação** entre indivíduos com deficiência. Alguns conseguem desenvolver mecanismos compensatórios, enquanto outros se deparam com barreiras que não podem ser superadas sem intervenção institucional. Essa constatação reforça a importância da **educação inclusiva pautada no Desenho Universal**, como propõe a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2009), que visa atender ao maior número possível de estudantes, sem a necessidade de adaptações posteriores.

Na **pergunta 7**, surgem sugestões objetivas e alinhadas às **melhores práticas de acessibilidade**:

- *Ariel* destaca a falta de iluminação em pontos críticos do campus, mencionando as dificuldades de visualização em ambientes com portas de vidro e calçadas desniveladas. A ausência de contraste visual e de sinalização adequada compromete a segurança e a autonomia dos usuários com baixa visão.
- *Chris* apresenta propostas abrangentes, sugerindo a instalação de **sinalização tátil e luminosa**, adequação das rampas e escadas, oferta de **materiais didáticos acessíveis** e presença de **intérpretes de Libras** em eventos e aulas. Ele ressalta também a importância de **recursos tecnológicos assistivos**, como leitores de tela e aplicativos de transcrição de voz.
- *Taylor* enfatiza a **falta de iluminação em espaços externos** (como quadras de esporte), a presença de **obstáculos físicos** (como pedras soltas em caminhos) e as

dificuldades de acesso ao **transporte universitário**, aspectos que reforçam a necessidade de um plano de mobilidade inclusiva dentro e fora do campus.

Essas contribuições demonstram uma compreensão clara dos participantes sobre o que deve ser feito para garantir um ambiente mais inclusivo e acessível. É importante destacar que a **acessibilidade não se restringe às adaptações físicas**, mas envolve também a **comunicação e a atitude** de toda a comunidade acadêmica. Como aponta Mantoan (2003), a **inclusão exige uma mudança de cultura institucional**, em que a diversidade seja reconhecida como um valor e não como um desafio a ser superado.

Além disso, algumas instituições de ensino superior no Brasil têm implementado **boas** práticas de acessibilidade, investindo em sistemas de orientação acessíveis, materiais didáticos multiformato e ambientes fisicamente adaptados. Essas iniciativas demonstram que a tecnologia pode ser uma grande aliada da inclusão, desde que inserida em uma política institucional comprometida com os direitos das pessoas com deficiência.

Por fim, as respostas dos colaboradores apontam para a necessidade de ações integradas e intersetoriais que envolvam a gestão universitária, professores, técnicos e estudantes. Investir em acessibilidade física e comunicacional não é apenas cumprir uma exigência legal, mas promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social, garantindo que todos possam participar plenamente da vida acadêmica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a acessibilidade para pessoas surdas com baixa visão no ambiente universitário da UFERSA – Campus Caraúbas/RN. Buscou-se identificar as principais barreiras enfrentadas por esses indivíduos, bem como avaliar as ações e medidas de acessibilidade atualmente implementadas pela instituição. A partir da análise dos dados coletados e das condições observadas nos espaços físicos e linguísticos da universidade, foi possível constatar que, apesar de alguns avanços, ainda persistem desafios significativos para garantir a plena inclusão desse público.

Entre as principais dificuldades evidenciadas, destacam-se a falta de sinalização adequada, como piso tátil, além da iluminação insuficiente em diversos pontos do campus, dificultando a mobilidade de estudantes e docentes surdos com baixa visão. As barreiras comunicacionais também foram ressaltadas pelos participantes, como a escassez de intérpretes de Libras e a ausência de materiais didáticos adaptados. Esses fatores limitam não apenas o acesso à informação, mas também a participação plena nas atividades acadêmicas e sociais da instituição. Tais limitações impactam diretamente a qualidade da educação e comprometem o processo de inclusão social dentro do ambiente universitário.

A acessibilidade deve ser entendida de maneira ampla, abrangendo não apenas adaptações físicas, mas também recursos comunicacionais e tecnológicos. O uso de tecnologias assistivas e a adaptação de conteúdos educacionais são essenciais para garantir que estudantes surdos com baixa visão possam participar de forma autônoma e equitativa da vida acadêmica. Embora existam legislações e políticas públicas que estabeleçam diretrizes para inclusão, a efetiva implementação dessas medidas nas instituições de ensino superior ainda demanda maior comprometimento e ações concretas.

Diante dos resultados desta pesquisa, conclui-se que é fundamental que a UFERSA avance continuamente nas políticas de acessibilidade, tanto no aspecto físico quanto na promoção de recursos linguísticos e tecnológicos. Recomenda-se a adoção de medidas como:

- A instalação de sinalização tátil e luminosa em todos os blocos e áreas de circulação;
- A capacitação dos professores para o uso de tecnologias assistivas e metodologias inclusivas;

- Implementar a partir desta pesquisa projeto de extensão em parceria com o curso de Engenharia Civil da UFERSA Caraúbas, para orientação de acessibilidade;
- Criação de um Guia de Orientações didáticas e acessibilidade pedagógicas para estudantes surdos com baixa visão;
- A ampliação da oferta de intérpretes de Libras em sala de aula, eventos e demais atividades acadêmicas;
- A adequação dos materiais didáticos em formatos acessíveis.

Ao promover essas ações, a UFERSA poderá consolidar-se como um espaço educacional mais inclusivo, justo e democrático. A continuidade dos esforços na implementação de medidas de acessibilidade física e comunicacional é imprescindível para assegurar que docentes e discentes, independentemente de suas condições, tenham igualdade de oportunidades e participação plena no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 21 jan. 2023.

_____. **Lei nº 11.154, de 5 de agosto de 2005.** Estabelece a obrigatoriedade da presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras – nas escolas públicas e privadas, para o atendimento aos alunos surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 5 ago. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2005/101154.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

_____. **Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão.** Ed. Revista Educação. 2008.

GARBE, M. A. **Inclusão e acessibilidade: conceitos e práticas.** 2. ed. São Paulo: Editora X, 2012. p. 96.

GODOY. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais.** Ed: Revista de administração de empresas. São Paulo, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 18 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Acessibilidade na surdocegueira.**

Disponível em:

<https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/acessibilidade-na-surdocegueira>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LAPLANE, BATISTA. **Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola.** Campinas: Unicamp. 2008.

LANE, Harlan. *When the mind hears: a history of the deaf.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

LIMA, F. S. **A inclusão de pessoas surdas e com deficiência visual no ensino superior: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2015

LIMA, Marco Antônio. *História da educação de surdos no Brasil: a construção de uma identidade.* São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MENDES, E. C. **A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades.** São Paulo: Editora Universitária, 2017.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. Da UFSC. ed.2015 – ed. 2008.